

O tirano grego de Maquiavel como reformador republicano

John P. McCormick

(Tradução: Daniela Mussi)

Em que medida Maquiavel é ou não um ‘humanista cívico da Renascença’ permanece uma questão controversa (cf. Baron, 1961, p. 217-253). Neste ensaio, argumento que o pensamento político de Maquiavel não se adapta com facilidade ao paradigma do humanismo cívico renascentista em ao menos um aspecto fundamental: Maquiavel sugere fortemente que repúblicas corruptas devem ser reformadas por figuras principescas reminiscentes dos antigos tiranos gregos (Giorgini, 2008, p. 230-256; 1993). Ao contrário, os republicanos cívicos da época de Maquiavel, seguindo Cícero, esperavam que figuras principescas mais conservadoras assumissem a tarefa de “corrigir” as repúblicas consumidas pela corrupção e pela luta social: por exemplo, os chamados “pais do país”, como Furio Camillo, César Augusto e Cosimo de Medici.; ou, o *rector rei publicae* da imaginação literária de Cícero, Cipião Africano, o Jovem (ver *De re publica* e *De legibus*). A maior parte dos humanistas cívicos esperava que um patrício, “primeiro cidadão”, se apresentaria para pôr fim às crises sociais de suas cidades, esperando que esse indivíduo faria isso de maneira equânime, de preferência de maneira a promover as nobrezas de sua república.

Maquiavel é o único “republicano” que apresenta o antigo tirano grego como modelo de reformador das ordens civis corrompidas: figuras como Hierão de Siracusa, Agátocles Siciliano; os espartanos Cleômenes e Nábis; além de Clearco de Heraclea (cf. Maquiavel, 1995; Maquiavel, 1997a). Se alguém pudesse esboçar um tipo ideal baseado nos relatos históricos desses indivíduos e na própria descrição que Maquiavel faz deles, o reformador republicano perfeito deveria fazer tudo o que se segue: esmagar a nobreza e distribuir seus bens ao povo comum; eliminar toda a dependência de exércitos mercenários; expandir enormemente as fileiras dos cidadãos soldados – especialmente libertando os escravos; e, finalmente, controlando as alianças diplomáticas para reduzir ameaças externas colocadas por impérios estrangeiros mais poderosos. Na opinião de Maquiavel, os conservadores – como o reformador republicano do humanismo ciceroniano – exemplificados, em seu tempo pelos Medici, normalmente tomam o

caminho oposto: desarmam os cidadãos comuns, agravam seu *status* de meros clientes dos nobres e senadores da cidade, deixam a comunidade [*polity*] vulnerável à dominação de poderes estrangeiros.

1. Humanismo e tirania

Quentin Skinner é, com certeza, o mais famoso expoente da ideia de que Maquiavel é, antes de mais nada, um humanista cívico. Skinner – e estudiosos respeitáveis como Peter Stacey, e outros, como Maurizio Viroli, insistem que Maquiavel é um humanista cívico fiel porque devota sua obra mais importante, os *Discursos*, exclusivamente à causa da promoção das república em relação aos principados (cf. Skinner, 2002, p. 10-38; Stacey, 2007; Viroli, 1998). Skinnerianos, em particular, procuram confinar ao *Príncipe* o endosso de Maquiavel ao comportamento unilateral, por vezes violento e criminoso, e se esforçam tenazmente para apresentar os *Discursos* como uma obra na qual a ação política – mesmo a ação que tende à violência e coerção – só ocorre dentro de limites legalmente circunscritos.

Em contraste com Skinner, Eric Nelson e Jim Hankins localizaram o surgimento do “republicanismo exclusivista” em eras muito posteriores à Itália da Renascença. Nelson e Hawkins mostraram que haveria uma fluidez muito maior do que a imaginada por Skinner entre os que os pensadores republicanos tradicionais compreendiam por principados e repúblicas. Para Nelson, o “republicanismo exclusivista” surgiu das apropriações holandesas e inglesas do republicanismo hebraico; para Hankins, ele alcançou a apoteose no antimonarquismo dogmático dos revolucionários franceses (cf. Nelson, 2007, p. 809-835; Hankins, 2010, p. 452-482). Em todo caso, história à parte, o próprio texto dos *Discursos* de Maquiavel parece colocar um problema insuperável para os advogados da interpretação humanista-cívica: os *Discursos* oferecem conselhos não apenas a príncipes como também, de modo bastante explícito, a tiranos (cf. Strauss, 1958, p. 26, 28, 273).

Por exemplo, em D I. 16, Maquiavel aconselha os indivíduos que queiram trilhar o “caminho da liberdade” a emular Lúcio Brutus e aqueles que desejam trilhar o caminho da tirania, a imitar Clearco de Heracleia. Brutus, como se sabe, supervisionou o julgamento e execução dos próprios filhos que conspiraram para derrubar a incipiente

república romana, restaurar a monarquia tarquínia e restabelecer os privilégios aristocráticos na cidade. Contudo, Maquiavel evoca o muito menos conhecido exemplo de Clearco para instruir potenciais tiranos quanto nos melhores meios para alcançarem seus fins: Clearco assassina toda a nobreza de Heracleia depois de torná-lo príncipe.

Maquiavel reitera essa lição no Livro III dos *Discursos*, no qual escreve: “Quem quer que institua uma tirania e não mate Brutus, e quem quer que institua um estado livre e não mate os filhos de Brutus só poderá se manter por um breve período” (D III. 3).¹ A república de Lúcio Brutus foi duradoura porque ele matou seus filhos traiçoeiros que não podiam suportar condições de igualdade cívica; a tirania de Júlio César foi curta pois ele não fez o mesmo com Marco Bruto e seus co-conspiradores entre os nobres romanos. Esse equívoco decisivo, até mesmo fatal, de César exemplifica um das principais diferenças, na opinião de Maquiavel, entre os reformadores romanos tirânicos ineficazes e os mais bem-sucedidos, como Clearco, que caracterizam o antigo mundo político grego.

2. A tirania civil

Não é completamente estranho sugerir que Maquiavel nutre alguma simpatia por um tipo muito específico de tirano: o que suprime os nobres, os *grandi*, e que confere poder econômico e militar aos plebeus, o *popolo*. Esta é, basicamente, a essência do conselho de Maquiavel aos príncipes novos em *Il Principe*. Príncipes deveriam confiar tanto em nobres quanto depender de fortalezas, cavalaria ou artilharia; devem confiar tão-só em seu populacho fortemente armado. Entretanto, mais contra-intuitiva, acho, é a noção de que esse tipo de príncipe ou tirano pode servir como modelo, para Maquiavel, de reformador republicano. Para defender essa tese, argumento que as figuras de Cleômenes e Clearco nos *Discursos* completam a lição oferecida pelos exemplos de Maquiavel no *Príncipe*: Hierão, Agátocles e Nábis.

Esses indivíduos – príncipes civis, como Maquiavel se refere a eles, com ambiguidade, em um livro; “tiranos” como com mais franqueza os chama em outro – não

¹ Optou-se pela tradução livre dos textos de Maquiavel para todas as passagens em que aparecem citadas.

criam invariavelmente dinastias monárquicas. Não deixa de ser mais intrigante que muitos deles lancem, na verdade, os fundamentos para repúblicas mais saudáveis e vigorosas – ou seja, mais igualitárias e marciais – do que as repúblicas oligárquicas de início usurpadas. Nas palavras que Maquiavel usa em um contexto relacionado, tais príncipes “mantém o público rico e os cidadãos pobres” na cidade (D I. 37), e provocam medo nos corações dos inimigos externos (P 8, 9).

O elogio mais explícito que Maquiavel faz do tirano grego no *Príncipe* ocorre no capítulo 9, o conhecido capítulo dedicado ao tema dos “principados civis”. Ali, Maquiavel exalta as realizações políticas de Nábis o espartano, mas hesita em especificar quais, precisamente, foram os meios empregados Nábis para atingir seus fins com sucesso. De acordo com Maquiavel, Nábis satisfez tanto o povo de Esparta que conseguiu resistir a impressionantes ataques militares provenientes de “toda a Grécia” e mesmo da república romana. Entretanto, não deixa de ser um tanto curioso Maquiavel declarar que não é capaz de oferecer nenhum detalhe de como Nábis conquistou o povo para si e conseguiu repelir inimigos estrangeiros numericamente superiores. Maquiavel afirma simplesmente que há inúmeros meios disponíveis em casos comparáveis; e, o que ajuda ainda menos, declara não existirem “regras fixas” que se apliquem a tais circunstâncias – isto no livro sobre como fazer política mais conhecido do mundo.

A hesitação de Maquiavel em estipular medidas precisas nessa passagem do *Príncipe* repercute em sua falta de vontade, nos *Discursos*, de detalhar os “inúmeros perigos e o grande volume de sangue” que o reformador de uma república corrupta deve, respectivamente, superar e derramar (D I. 17-18). A única maneira, escreve Maquiavel, de reformar uma cidade corrupta é se um indivíduo virtuoso já bastante vivido, ou dois indivíduos sucessivamente virtuosos de vida normal fornecerem à república uma “nova vida” por meio desses perigos e desse sangue. Maquiavel declara: “é praticamente impossível definir regras” para esse assunto, já que corrupção é um problema de grau, para o qual os remédios também variam (D I. 18).

Como podemos contrabalançar as reticências de Maquiavel nesses dois exemplos? Qual é, para Maquiavel, o segredo do sucesso local e militar de Nábis? E quais, mais especificamente, são os meios perigosos e sangrentos que o florentino considera necessários para reformar uma república corrupta? Se consultarmos Políbio e

Tito Lívio (ver *Histórias*, 13. 6-8; e *Roma e o Mediterrâneo*, 34. 27), Nábis, o exemplo de príncipe civil no Capítulo 9, se comporta de modo muito parecido ao de dois príncipes de Siracusa cujas ações morais questionáveis Maquiavel relembra nos capítulos imediatamente anteriores: Hierão e Agátocles. No Capítulo 6, Maquiavel descreve como Hierão ascendeu do *status* de cidadão privado para o de príncipe por meio do exército cívico de Siracusa; e, mais adiante ele relata como Hierão encerrou a dependência de sua cidade em relação aos soldados mercenários – “cortando em pedaços” estes últimos para, em seguida, conquistar para si os cidadãos-soldados de Siracusa (P 13). No comando de um exército agora exclusivamente civil, Hierão impediu a sempre voraz república romana de conquistar toda a Sicília.

No Capítulo 8, Maquiavel descreve como Agátocles ascendeu de inícios ainda mais humildes que Hierão para tornar-se príncipe de Siracusa, conquistando para si os cidadãos-soldados por meio de árduas façanhas militares e pelo assassinato de todos os senadores e cidadãos mais ricos de Siracusa. Superando reveses e derramamentos de sangue, nos diz Maquiavel, Agátocles então audaciosamente invade a África para impor uma trégua à poderosa república cartaginesa, uma trégua que deixa toda a ilha da Sicília sob a hegemonia de Siracusa. Maquiavel é incisivo ao notar que os súditos de Agátocles não se rebelam nem mesmo sequer conspiram contra ele durante seu longo reinado – mesmo quando ele se ausenta da cidade para guerrear em outro continente.

Se reconsiderarmos Nábis, primeiro exemplo do Capítulo 9, à luz das fontes históricas e cientes dos relatos de Maquiavel sobre Hierão e Agátocles nos dois capítulos precedentes, observamos que os três príncipes gregos libertaram, de modos semelhantes, seus povos tanto da opressão interna como externa. Os três valorizam a qualidade cívica dos exércitos de suas cidades: Hierão elimina mercenários estrangeiros inconfiáveis (P 7) e tanto Agátocles como Nábis transformam ex-escravos em súditos lutadores para expandir suas forças militares (cf. *Pompeius Trogus*, 22.4; *Roma e o Mediterrâneo*, 34.37). Os três recorreram à fraude questões externas: Agátocles revoga uma aliança desfavorável com Cartago (P 8); Hierão faz trocas de alianças entre romanos e cartaginenses conforme sua conveniência; e Nábis trai a monarquia da Macedônia em benefício diplomático e militar de sua pátria (cf. *Histórias*, 13.6-8) - palavra *pátria*, aliás, que Maquiavel associa diretamente tanto com Nábis como com

Agátocles. De fato, os três príncipes – com frequência tratados como tiranetes pelos escritores antigos – impõem tréguas vantajosas sobre aquelas que são as maiores potências militares da história, Macedônia, Cartago e Roma.

Mas e as questões internas? No Capítulo 8, Maquiavel expressa grandes reservas a respeito dos meios criminosos empregados por Agátocles para conquistar seus cidadãos-soldados. No capítulo seguinte, ele considera Nábis um príncipe civil por ter sido bem-sucedido na conquista, para si, do populacho armado de Esparta, ainda que ele não especifique os meios empregados por Nábis para fazer isso. Se examinamos os exemplos mais de perto, a acusação inicial de Maquiavel a respeito da criminalidade de Agátocles se mostra, no máximo, provisória: Agátocles, em última instância, ganha o elogio de Maquiavel por praticar a “crueldade bem empregada” pois perpetra seus crimes – o assassinato dos nobres de sua cidade – “de um golpe só” (P 8). Agátocles confina seu comportamento cruel e violento exclusivamente ao início de seu reinado e, quando recorre a esse comportamento em momento subsequente, é apenas para o “proveito de seus súditos”.

Em comparação, segundo Políbio, Nábis adota uma rota muito menos ligeira em direção a fins similares: de maneira intermitente e durante um período muito mais longo de tempo, Nábis assassina, tortura e exila os mais ricos e poderosos espartanos para redistribuir sua riqueza ao povo (cf. *Histórias*, 13.6-8). Quando visto em detalhe, não parece existir muita diferença entre um príncipe criminoso e um príncipe civil. A única diferença pertinente entre os dois parece ser que Agátocles, o chamado príncipe criminoso, emprega a crueldade com muito mais eficácia do que Nábis, o chamado príncipe civil.

Assim, deixando de lado quaisquer receios éticos que Maquiavel possa professar em relação ao comportamento dessas figuras, individualmente, é possível concluir o seguinte: Hierão, Agátocles e Nábis lançam mão, todos eles, de meios cruéis e criminosos para alcançar fins políticos que Maquiavel tolera enfaticamente. Cada um dos príncipes gregos incorre em imensas dificuldades e enorme derramamento de sangue para melhorar suas cidades, tanto interna como externamente: os três assassinam mercenários ou cidadãos ricos e proeminentes; os três traem os aliados

estrangeiros poderosos; e os três recrutam com sucesso grandes exércitos civis para defender a pátria da dominação externa.

De fato, os exemplos aparentemente menores de Maquiavel, Hierão e Agátocles, se mostram mais bem-sucedidos do que Nábis, seu modelo explícito de príncipe civil, ao lançarem bases para o futuro restabelecimento de repúblicas em suas cidades: Diodoro e Justino relatam que em seu leito de morte Agátocles restaura a democracia em Siracusa (cf. *Bibliotheca Historica*, 21.16,7); e, nos *Discursos*, Maquiavel sugere que depois de matar Hierônimo, seu neto corrupto, Hierão manteve Siracusa suficientemente bem ordenada para que seus cidadãos e soldados instituíssem de novo “uma forma livre de vida” (D 11.2). No fim das contas, o interregno principesco de Agátocles e Hierão iniciam e guiam a transformação das repúblicas anteriormente oligárquicas em regimes mais democráticos. Considerando importantes critérios maquiavelianos, dois dos três chamados “tiranos” deixaram suas repúblicas em melhores condições cívicas e militares do que, no início, quando as usurparam.

3. Repúblicas corruptas e reformadores tirânicos

Nos *Discursos*, Maquiavel incrusta sua discussão sobre tiranos gregos em uma abordagem mais ampla a respeito da inevitável corrupção na qual todas as repúblicas sucumbem. É inevitável, insiste Maquiavel em todo o livro, que a desigualdade surja nas repúblicas com o tempo (D I.17-20, I.55). No princípio, Maquiavel descreve a perniciosa desigualdade em termos puramente civis – todas as repúblicas, mesmo Roma, sugere ele, estão destinadas a sofrer um sério declínio da igualdade perante a lei (D I.18). Mas, com muito mais sutileza,, Maquiavel também insinua que se possa atribuir esse aumento da desigualdade civil a uma expansão subjacente das desigualdades econômicas (ver D I.17-18; e III.24).

Conforme Maquiavel afinal demonstra em seu capítulo sobre as leis agrárias de Roma (D I.37), a desigualdade econômica é uma doença republicana que não se trata, sem grandes esforços, com remédios estritamente republicanos. Tibério e Caio Graco demonstraram boas “intenções”, como Maquiavel sugere, quando procuraram enfrentar a desigualdade econômica que corrompia a virtude cívico-militar depois das Guerras Púnicas. Contudo, conclui ele, expressaram uma prudência mortalmente lamentável

quando esperaram que o Senado de Roma permanecesse quieto enquanto eles tentavam aprovar a legislação que refrearia a desigualdade econômica. Os Graco basicamente solicitaram permissão ao Senado para distribuir legalmente, para a plebe romana cada vez mais empobrecida, a vasta riqueza controlada pelo Senado. O Senado romano, como sabemos, respondeu assassinando um irmão Graco e obrigando o suicídio do outro (cf. *Vitae*).²

Em uma seção diferente dos *Discursos*, Maquiavel relata como o príncipe grego Agis sofreu um destino similar aos dos Graco: a pedido da nobreza espartana, os éforos, principais magistrados, mataram Agis antes que este pudesse novamente instituir as leis de Licurgo e assim restaurar a igualdade econômica na república (D I.19). Sabendo disso, um príncipe posterior, Cleômenes, “usando bem sua autoridade” – escreve Maquiavel – tomou a iniciativa de assassinar os éforos, em vez de ser, como Agis, eliminado por eles (D I.19). Desimpedido pela obstrução aristocrática, ele então passou a restabelecer a igualdade em Esparta. Cleômenes, contudo, mostrou ser menos adepto que Agátocles e Nábis de buscar a redistribuição interna e exercer poder militar externo, e foi afinal derrotado pelos macedônios.

Esta foi uma lição que parecem ter perdido *todos* os potenciais reformadores romanos, não apenas os Graco, os quais pretenderam diminuir as desigualdades econômicas que, no fim das contas, destróem para sempre a república. É frequente Maquiavel enumerar e endossar as tradicionais críticas humanistas cívicas a tipos como Cipião Africano, Caio Mário e júlio César, por tentarem exercer uma influência indevida, até mesmo tirânica, sobre a república romana. Que este seja o julgamento definitivo de Maquiavel sobre esses indivíduos é um dos poucos pontos de concordância entre estudiosos associados às escolas de Cambridge e de Strauss em sua interpretação de Maquiavel. No entanto o contraste implícito que Maquiavel faz entre reformadores tiranos gregos e romanos sugere uma conclusão bem diferente: Maquiavel parece indicar que os reformadores romanos, dos Graco até César, não exerceram autoridade

² Em outro lugar, Maquiavel nota que o tio-avô dos Graco, Tibério Semprônio Graco, havia imposto a ameaça de pena capital a qualquer soldado que ridicularizasse ex-escravos por terem, certa vez, se juntado às legiões romanas (D II.26). Ao que parece, o sobrinho Tibério (que Maquiavel não distingue expressamente do tio, chamando este apenas por “Tibério Graco”) não estava disposto empregar semelhantes severidades contra os que – particularmente os senadores romanos – desejavam transformar cidadãos-soldados em escravos.

suficiente na república; ao contrário, eles demonstraram excessiva deferência ao Senado Romano. Consequentemente, exilando e assassinando cada um dos assim chamados tiranos, os senadores de Roma efetivamente afundaram toda tentativa *popular* de reformar a república romana.

Mas retornemos aos príncipes gregos, menos deferentes e, por isso mais bem-sucedidos: o exemplo de Cleômenes especifica bem, nos *Discursos*, o papel que a redistribuição deve cumprir na reforma tirânica de uma república em que a desigualdade corruptora predomina, ideia que Maquiavel apenas insinua no *Príncipe*. Similarmente, o exemplo de Clearco, nos *Discursos*, completa a lição a respeito das alianças de classe que Maquiavel apenas em parte ensina no *Príncipe*. No Capítulo 9 desse livro, Maquiavel define o “principado civil” como um regime em que um indivíduo é ascende à reputação principesca por uma ou por outra classe social em competição em toda cidade: tanto pelos nobres, levados pelo humor de oprimir o povo, como pelo povo, motivado pelo humor para evitar a opressão aristocrática.

Maquiavel oferece razões estratégicas e morais para que um príncipe institua seu principado civil sobre bases populares e não aristocráticas (P 9). Mas também abre a possibilidade de que um príncipe civil alçado pela nobreza para oprimir o povo melhore sua posição desvantajosa simplesmente mudando de lado uma vez no poder. De fato, como Maquiavel sugere, o povo mostrará ainda mais afeição e devoção ao príncipe que frustrar suas expectativas de opressão intensificada e que realizar, ao contrário, o completo alívio da dominação aristocrática.

Leo Strauss é astuto ao notar que Maquiavel, inusitadamente, não oferece nenhum exemplo no Capítulo 9 de príncipe civil moderno. Na verdade, ele sugere que Maquiavel não precisava fazer isso, pois o exemplo mais próximo de tal príncipe é o próprio destinatário do livro: Lorenzo de Medici (cf. Strauss, 1958, p. 306, n 9). Porém, Strauss deixa passar o argumento mais específico de Maquiavel nessa notável omissão. Os Medici não são apenas príncipes modernos que tomaram o poder graças ao apoio de seus concidadãos; eles são príncipes que, bastante recentemente até então, haviam feito isso com apoio da nobreza; ou seja, Lorenzo é um exemplo de príncipe civil falho. Os Medici, sem dúvida, retornaram do exílio por meio de um golpe aristocrático que derrubou a república democrática, o *governo largo*, presidida por Piero Soderini, a qual

Maquiavel servia fielmente. Maquiavel havia se convertido em inimigo dos nobres florentinos ao encorajar Soderini, por um lado, a manter uma aliança interna forte com o povo reunido no *Consiglio Grande* e, por outro lado, a criar um grande exército de cidadãos na cidade (cf. Najemy apud Barthas, 2007; Barthas, 2011).

Como sabemos, os nobres florentinos acabaram com os planos de Maquiavel de organizar uma milícia civil de larga escala e no fim das contas angariaram um poder estrangeiro – o exército espanhol – para reinstalar os Medici na cidade e desalojar o povo florentino do poder (cf. Ridolfi, 1963, p. 80-88). Menos discutido é o fato de que o primeiro ato de Maquiavel quando do retorno dos Medici foi redigir um memorando para os novos príncipes, “ai Paleschi”: um recado implorando que eles mudassem de lado e tornassem o povo, e não os nobres, a fundação de seu regime (cf. Maquiavel, 1997b, p. 87-89). Os Medici responderam fechando o *Consiglio Grande* e, afinal prendendo e torturando Maquiavel. Os Medici nunca instituíram um exército militar em Florença e assim a cidade permaneceu à mercê dos poderes estrangeiros, notadamente, as monarquias francesas e espanholas e o imperador germânico.

Sugiro que devemos ler o relato de Maquiavel sobre Clearco, nos *Discursos*, à luz destas circunstâncias. Maquiavel descreve como os nobres da antiga Heracleia, fartos de o povo contestar sua autoridade, convocou Clearco do exílio para ajudá-los a oprimir os cidadãos comuns da cidade (D I.16). Contudo, depois de seu retorno, Clearco se comporta de maneira decididamente “antimediana”: Maquiavel descreve como Clearco corta em pedaços toda a nobreza de Heraclea “para o extremo deleite do povo”. Devemos nos perguntar se a metáfora de se cortar os ricos em pedaços não significa nada menos que repartir, parcelar e redistribuir sua riqueza ao povo. Em todo caso, Clearco claramente “entendeu o recado” que os Medici ignoraram quase dezoito séculos depois.³

Em resumo: segundo argumento, o amálgama desses exemplos dos tiranos gregos tanto no *Príncipe* como nos *Discursos* ilustra o que Maquiavel exige de um

³ Clearco, como seu colega tirano grego nos *Discursos*, Cleômenes, não foi tão bem-sucedido militarmente quanto seus equivalentes, Hierão, Agátocles e Nábis, presentes no *Príncipe*. Este não é um padrão ocasional: Maquiavel enfatiza problemas internos no primeiro e militares no segundo (nunca com a exclusão absoluta de um ou outro). Comparar, a esse respeito, suas críticas tanto de Savonarola e Cipião em termos militares no *Príncipe* (P 6 e 17) e em termos civis nos *Discursos* (D I.45 e 29).

reformador republicano: um tirano na qualidade de príncipe civil deve eliminar a nobreza cujo desejo de oprimir e autoridade excessiva tendem a tornar a saúde cívica e a igualdade econômica impossíveis em uma república; e deve implantar um exército cidadão grande o suficiente para acossar poderes militares expansivos como o dos impérios macedônio, cartaginense ou romano. Os Medici, em contraste, seguem exemplos menos preferíveis de antigos tiranos pró-aristocráticos discutidos por Maquiavel: Ápio Cláudio, Sula, Augusto e Walter, Duque de Atenas. Os Medici, príncipes profundamente falhos, de fato mimam os “filhos de Brutus” na cidade, facilitam a continuação da dominação estrangeira por França, Espanha e Alemanha – poderes externos que, aliás, Maquiavel considera muito inferiores aos antigos poderes da Macedônia, Cartago e Roma.

Conclusão

Ora, um republicano aristocrático de tipo ciceroniano, skinneriano ou straussiano poderia levantar a seguinte objeção a minha análise sobre o tirano grego de Maquiavel: tendo removido o principal controle de seu próprio poder – i.e., a nobreza ou senado de sua república – não seria o caso deste assim chamado príncipe tornar-se um tirano opressivo e sem controle algum? A resposta implícita em Maquiavel é: não necessariamente.

O príncipe civil de Maquiavel é sempre, ao mesmo tempo, autorizado e constrangido por seus súditos-cidadãos. (Vale notar que Maquiavel usa os termos “súditos” e “cidadãos” de maneira intercambiável quando discute vários destes exemplos). Cidadãos-súditos, plena e fortemente armados que gozam de *status* socioeconômico relativamente igual entre si, podem com facilidade converter um principado civil em uma república –*em especial* se seu tirano falhar em observar “a crueldade bem empregada” e, em vez disso, utilizar a crueldade pura e simples.. Esta é, acredito, a implicação mais importante da afirmação maquiaveliana: “onde existem boas armas, existem sempre boas leis” (P 12).

De fato, o indivíduo principesco que confere poder civil e militar ao seu povo é um tirano apenas no nome. O príncipe civil ideal de Maquiavel é prudente o bastante para obedecer uma declaração atribuída ao chamado tirano Agatocles: “Eu não preciso

de guarda-costas porque *o povo é meu guarda-costas*” (cf. *Bibliotheca Historica*, X, 35). Consideradas as lições centrais transmitidas pelo famoso “piccolo libro” de Maquiavel, essa declaração poderia ter servido como um epigrama adequado para o livro conhecido como *Il Principe*.

Referências bibliográficas